



CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

**DELIBERAÇÕES TOMADAS NO
PLENÁRIO DE 11-04-2023
Nota Informativa**



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 11-04-2023
Nota Informativa

Na Sessão de Plenário Ordinário de 11-04-2023 estiveram presentes:

PRESIDENTE -Juiz Conselheiro Dr. Henrique Luís de Brito de Araújo

VICE-PRESIDENTE -Juiz Conselheiro Dr. José António de Sousa Lameira

VOGAIS INDICADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA –Juíza Conselheira Dra. Graça Maria Lima de Figueiredo Amaral

VOGAIS ELEITOS PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – Dr. António José Barradas Leitão; Dr. José Manuel Morbey de Almeida Mesquita; Prof.^a Doutora Inês Vieira da Silva Ferreira Leite; Prof. Doutor António Alberto Vieira Cura

VOGAIS ELEITOS PELOS MAGISTRADOS JUDICIAIS – Dr. Leonel Gentil Marado Serôdio; Dr. Jorge Manuel Ortins de Simões Raposo; Dr^a. Susana Isabel Santos Pinto de Oliveira Ferrão da Costa Cabral; Dr^a. Lara Cristina Mendes Martins; Dr^a. Sofia Alexandra Parreirinha Martins da Silva; Dr. José Manuel Monteiro Correia

JUÍZA SECRETÁRIA- Juíza de Direito Ana Cristina Dias Chambel Matias

FUNCIONÁRIOS – José António Carvalho Martins; José Martins Cordeiro

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 11-04-2023
Nota Informativa

*

Na Sessão de Plenário de 11/04/2023, com início pelas 10h08m, o Conselho Superior da Magistratura tomou as seguintes deliberações:

*

1) Foi aprovada a ata n.º 07/2023, do Plenário de 08/03/2023.

*

2) **Foi deliberado por unanimidade** aprovar o teor do Relatório (Parecer) Final do Júri do 11.º Concurso Curricular de Acesso aos Tribunais da Relação e a respetiva graduação.

*

3) **Foi deliberado por unanimidade** aprovar a proposta final de Relatório Anual do CSM de 2022, composto por um documento principal (Relatório Anual 2022) e três anexos [Anexo I - Mapas de Execução Orçamental; Anexo II - Síntese dos Relatórios Anuais das Comarcas; Anexo III - Ponto de Contacto da RJE Civil, da IBERREDE e da RJCPLP (Relatório de 2022) e realizar junto da Assembleia da República as diligências necessárias com vista ao agendamento da data de entrega do Relatório a tal entidade, após o que se procederá à sua divulgação pública.

*

4) **Foi deliberado por maioria** aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Sr. Dr. José Manuel Correia que contém o seguinte trecho decisório: *"delibera o Plenário do Conselho Superior da Magistratura **revogar a deliberação** da Secção de Assuntos Inspetivos e Disciplinares do Conselho Permanente do Conselho Superior da Magistratura de 29 de novembro de 2022, aqui impugnada, e, consequentemente, **determinar o arquivamento** dos presentes autos de processo disciplinar."*

*

5) **Foi deliberado por unanimidade** aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. José Manuel Mesquita que contém o seguinte trecho decisório: *"delibera o Plenário deste Conselho Superior manter a Deliberação tomada na Secção de Assuntos Inspetivos e Disciplinares do Conselho Permanente e, consequentemente, julgar improcedente a presente Impugnação Administrativa Necessária."*

*

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 11-04-2023
Nota Informativa

6) **Foi deliberado por maioria** aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. José Manuel Mesquita que contém o seguinte trecho decisório: “delibera o Plenário deste Conselho Superior manter a Deliberação tomada na Secção de Assuntos Inspetivos e Disciplinares do Conselho Permanente e, conseqüentemente, julgar improcedente a presente Impugnação Administrativa Necessária.”.

*

7) **Foi deliberado por unanimidade** concordar com a proposta do Exmo. Sr. Dr. José Manuel Mesquita e ao abrigo do disposto na alínea h) do art.º 151.º do EMJ, avocar o processo à Secção de Assuntos Inspetivos e Disciplinares do Conselho Permanente, a fim de evitar o risco de prescrição e seguidamente e aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Sr. Dr. José Manuel Mesquita que contém o seguinte trecho decisório: “*delibera o Plenário deste Conselho Superior na avocação, ao abrigo do disposto na alínea h) do art.º 151.º do EMJ, do processo à Secção de Assuntos Inspetivos e Disciplinares do Conselho Permanente nos termos propostos e na aplicação à Exma. Sra. Juíza de Direito XX, pela violação do dever de administrar justiça e dever de diligência, com assento nos arts. 3.º e 7.º- C do Estatuto dos Magistrados Judiciais, pela prática de uma infracção disciplinar de execução continuada muito grave, prevista nos arts. 82.º e 83.º-G, al. a) do Estatuto dos Magistrados Judiciais com a sanção de 120 (cento e vinte) dias de suspensão de exercício, nos termos do arts. 91.º, n.º 1, alínea d), 95.º e 101.º, n.º 1 do Estatuto dos Magistrados Judiciais, suspensa pelo período de 2 (dois) anos, nos termos do art.º 87.º-A, n.ºs 1 e 2, do mesmo diploma legal.*”

*

8) **Foi deliberado por unanimidade** aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. José Manuel Mesquita que contém o seguinte trecho decisório: “*deliberam os membros do Plenário do Conselho Superior da Magistratura em julgar improcedente a presente a impugnação administrativa necessária, confirmando na íntegra a deliberação da SAID deste Conselho Superior de 27 de setembro de 2022.*”

*

9) **Foi deliberado por maioria** aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Senhor Dr. José Manuel Correia que contém o seguinte trecho decisório: “*deliberam os Membros que constituem o Plenário do Conselho Superior da Magistratura negar provimento à presente Impugnação e, conseqüentemente, manter a deliberação impugnada.*”

*

10) Apreciado o relatório elaborado pelo Exmo. Senhor Inspetor Judicial Extraordinário, Juiz Conselheiro Dr. Raul Borges no âmbito dos autos de processo disciplinar em que é arguido o

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 11-04-2023
Nota Informativa

Exmo. Sr. Juiz Desembargador Jubilado Dr. XXX, **foi deliberado por unanimidade** concordar com arquivamento do mesmo, que aqui se dá por integralmente reproduzido.

*

11) **Foi deliberado por unanimidade** ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 13.03.2023, que autorizou a nomeação do Exmo. Senhor Juiz Conselheiro e das Exmas. Senhoras Juízas Conselheiras indicadas no ofício apresentado em 13 de março de 2023, pelo Centro de Estudos Judiciários, com a referência: P.º n.º 37/2023-GD, como presidentes de júri das vias de acesso à magistratura judicial, nos termos do n.º 6 do artigo 13.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro que aqui se dá por integralmente reproduzido.

*

12) **Foi deliberado por unanimidade** ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 13.03.2023, que nomeou os júris das provas orais de acesso ao 40.º Curso de Formação de Magistrados, nos termos do n.º 4 e 5 do artigo 13.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, os magistrados judiciais propostos através do ofício apresentado pelo Centro de Estudos Judiciários, com a referência Proc.º n.º 36/2023-GD, datado de 10 de março de 2023 que aqui se dá por integralmente reproduzido.

*

13) **Foi deliberado por unanimidade** ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 15.03.2023, que aprovou a proposta de lista dos locais de formação no estágio, respeitante a 35 futuros juízes de direito em regime de estágio do 37.º Curso de Formação para os Tribunais Judiciais, apresentada pelo Exmo. Diretor-Adjunto do Centro de Estudos Judiciários, através do ofício n.º 16/2023-CR/MJ, datado de 14 de março de 2023, que aqui se dá por integralmente reproduzida.

*

14) **Foi deliberado por unanimidade** ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 20.03.2023, que desligou do serviço para efeitos de aposentação/jubilção o Exmo. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra, Dr. Luís Jorge Medeira Ramos, com os efeitos previstos no artigo 70.º n.º 1, al. b) do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

*

15) **Foi deliberado por unanimidade** ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 23.03.2023, que desligou do serviço para efeitos de aposentação/jubilção o Exmo. Senhor Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Tibério Nunes da Silva, com os efeitos previstos no artigo 70.º n.º 1, al. b) do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 11-04-2023
Nota Informativa

*

16) **Foi deliberado por unanimidade** ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 20.03.2023, que considerando os fundamentos apresentados no ofício do Centro de Estudos Judiciários n.º 20/2023-CR/MJ e com vista à conclusão da fase de estágio, aprovou a abertura de uma vaga para estágio no Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra - Juízos de Cantanhede e, autorizou a transferência da Exma. Senhora Juíza de Direito em regime de estágio Dra. Lea Fernandes Domingues, do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra - Juízo de Soure, para o Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra - Juízos de Cantanhede.

*

17) **Foi deliberado por unanimidade** ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 20.03.2023, que conforme o solicitado no ofício do Centro de Estudos Judiciários n.º 17/2023-CR/36.º, autorizou a intervenção jurisdicional dos Juízes de Direito em regime de estágio do 36.º Curso de Formação de Magistrados, identificados no ofício referido, em tribunais especializados fora da área de jurisdição dos juízos abrangidos pelas respetivas nomeações em Diário da República.

*

18) **Foi deliberado por unanimidade** ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 20.03.2023, que atento o ofício do Exmo. Senhor Chefe de Gabinete de Sua Excelência A Ministra da Justiça concedeu aos candidatos indicados no procedimento de seleção e designação de candidatos nacionais a Procurador Europeu, a devida autorização para o exercício dos cargos a que se candidatam.

*

19) **Foi deliberado por unanimidade** ratificar o despacho de Sua Excelência O Presidente deste Conselho e do Supremo Tribunal de Justiça de 20.03.2023, que concedeu autorização ao Exmo. Sr. Conselheiro José Luís Lopes da Mota para se deslocar a Cabo Verde entre 25 a 30 de março de 2023, como formador, no âmbito da Ação de formação de magistrados sobre extradição, a convite do Sr. Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

*

20) **Foi deliberado por unanimidade** ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 30.03.2023, que atento o acórdão de 29 de março de 2023, proferido em ação intentada pela ASJP contra o STJ, determinou aos serviços deste Conselho que procedessem à atualização do subsídio de compensação a pagar aos magistrados judiciais que sejam remunerados pelo CSM, desde 01.01.2022, nos termos do artigo 23.º, n.º 4 dos E.M.J.

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 11-04-2023
Nota Informativa

*

21) **Foi deliberado por unanimidade** nos termos do estatuído no artigo 95.º, n.º 1 da Lei da Organização do Sistema Judiciário, a nomeação de três novos Juízes Coordenadores na Comarca de Faro, a saber:

- Dra. Ana Lúcia Carvalheiro Dias Cruz, a exercer funções no juízo central criminal de Faro - juiz 2, como Juíza Coordenadora para o conjunto dos juízos instalados no Palácio da Justiça e edifício de apoio do município de Faro (juízo central e juízo local criminal de Faro);

- Dra. Susana Brandão Loureiro Marques, a exercer funções no juízo local cível de Faro - juiz 2, como Juíza Coordenadora para o conjunto dos juízos instalados nos edifícios Estamo (I e II) do município de Faro (juízo central e juízo local cível, juízo do trabalho, juízo de família e menores e juízo de instrução de Faro);

- Dr. Filipe João Aveiro de Sousa Marques, a exercer funções no juízo de trabalho de Portimão - juiz 1, como Juiz Coordenador para o conjunto dos juízos instalados no município de Portimão.

*

22) **Foi deliberado por maioria**, nos termos do artigo 8º-A, nos. 3 e 4, da Lei nº 67/2019, de 27.8, autorizar o Exmo. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação Lisboa, Dr. Luís Filipe Pires de Sousa a lecionar a cadeira de mestrado Recursos Cíveis, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, a qual dura o 1º semestre do ano letivo de 2023-2024, sendo constituída por doze aulas entre setembro e dezembro, com a duração de duas horas cada, seguindo-se um exame escrito em janeiro.

*

23) **Foi deliberado por unanimidade** concordar e aprovar o expediente relativo à implementação do RGPD nas Comarcas, que aqui se dá por integralmente reproduzida.

*

24) **Foi deliberado por maioria** homologar o Protocolo de Cooperação entre o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa e a Fundação Minerva - Cultura - Ensino e Investigação Científica/Universidade Lusíada apresentado pela Exmo. Juiz Presidente da comarca de Lisboa.

*

25) Apreciadas as várias informações prestadas pelos Exmos. Srs. Juízes Presidentes de Comarcas, relativas às diligências adiadas na sequência da greve decretada pelo sindicato dos funcionários judiciais, após ampla discussão entre os Exmos. Senhores Conselheiros, **foi**

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 11-04-2023
Nota Informativa

deliberado por unanimidade enviar todos os elementos ao Ministério da Justiça e informar que este Conselho encara com muita preocupação os efeitos da greve dos funcionários da justiça nos tribunais e considera que se encontram gravemente prejudicados os objetivos fixados para as comarcas.

*

26) Apreciada a proposta da Exma. Sra. Vogal, Dra. Susana Ferrão **foi deliberado por unanimidade** propor A Sua Excelência A Ministra da Justiça que determine a abertura de novo curso de formação específico para o exercício de funções de juiz presidente do tribunal de Comarca e **mais ainda foi deliberado por unanimidade** solicitar ao Gabinete deste Conselho um estudo sobre a possível alteração da Lei em vigor por forma a que a competência para determinar a abertura do mencionado curso passe para este Conselho Superior da Magistratura.

*

27) **Foi deliberado por unanimidade**, ao abrigo do disposto no n.º 1 do Art.º 10.º-A do Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Art.º 36.º do Regulamento das Atividades de Formação Complementar dos Magistrados Judiciais, autorizar a Exma. Juíza de Direito, Dra. Sandra Paula Martinho Rodrigues, a exercer funções no Juízo local criminal de Peso da Régua - Juiz 1, a participar num estágio de longa duração no âmbito da Rede Europeia de Formação Judiciária, REFJ/EJTN, com duração de 3 meses, com início a 18 de setembro de 2023 e termo a 15 de dezembro de 2023, a realizar-se na EUROJUST.

*

28) **Foi deliberado por maioria** com o voto de vencido do Exmo. Senhor Conselheiro Prof. Doutor Cardoso da Costa e com os votos favoráveis dos restantes Exmos. Senhores Conselheiros presentes concordar e aprovar a atualização dos critérios de seleção e pseudonimização das decisões judiciais e de publicação de Jurisprudência, aprovados por deliberação do Plenário de 23 de março de 2021.

*

29) Apreciado o projeto elaborado pelo Exmo. Sr. Vogal, Juiz Desembargador Dr. Leonel Seródio a quem foi dada a palavra para esclarecer o mesmo relativo às necessidades formativas de 2023/2024, nos termos do disposto no artigo 149.º, n.º 1, al. m), do EMJ, **foi deliberado por unanimidade** concordar com o mesmo que aqui se dá por integralmente reproduzido, sendo que, as indicações do Conselho Superior da Magistratura devem ser enviadas ao Centro de Estudos Judiciários, uma vez que o plano académico 2023/2024 será objeto de aprovação até 31 de julho de 2023.

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 11-04-2023
Nota Informativa

*

30) **Foi deliberado por unanimidade** concordar com o projeto elaborado pela Exmo. Senhor Dr. José Manuel Mesquita de negar provimento ao presente recurso apresentado pelo Senhor Oficial de Justiça Pedro Damião de Jesus, mantendo na íntegra a deliberação ora impugnada, que aqui se dá por integralmente reproduzido.

*

31) **Foi deliberado por unanimidade** concordar com o projeto elaborado pela Exmo. Senhor Dr. José Manuel Correia de negar provimento à presente impugnação apresentada pela Exma. Sra. Juíza de Direito Dra. Filipa Martins Gravelho, mantendo, conseqüentemente, na íntegra, o despacho do Ex.mo Sr. Vice-Presidente do C.S.M. aqui impugnado, que aqui se dá por integralmente reproduzido.

*

32) **Foi deliberado por maioria** concordar com o projeto elaborado pela Exmo. Senhor Juiz Desembargador Dr. Jorge Raposo de conceder provimento à presente impugnação apresentada pelos Exmos. Juizes de Direito titulares do Juiz 1, Juiz 2 e Juiz 3 do Juízo de Instrução Criminal de Coimbra do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra, que aqui se dá por integralmente reproduzido.

*

Retirados da tabela a apreciação dos pontos 3.2.4 (2022/GAVPM/2554) e 3.2.11 (2021/GAVPM/1129).

*

Os trabalhos da sessão plenária foram encerrados pelas 14 horas e designado o próximo dia 10 de maio de 2023, pelas 10,00 horas para a realização do Plenário Ordinário e o dia 27 de abril de 2023, pelas 10 horas para a realização da Secção de Assuntos Inspetivos e Disciplinares do Conselho Permanente e as 11,30 horas para a realização da Secção de Acompanhamento e de Ligação aos Tribunais do Conselho Permanente e posteriormente declarou encerrada a presente Sessão.



**CONSELHO SUPERIOR DA
MAGISTRATURA**

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 11-04-2023
Nota Informativa

Lisboa, 22 de maio de 2023.

A Juíza-Secretária do Conselho Superior da Magistratura,

Ana Chambel Matias.